



Tese n° (a ser preenchido pela organização/sistematização)

Tipo: AVULSA DE SINDICATO

Título: Pela valorização e pelo respeito ao jornalista

Proponente: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro

Justificativa

O mundo do trabalho sofre uma série de transformações, que refletem diretamente em nossa profissão. O advento das novas tecnologias nos coloca à frente de um desafio: o tempo. A fugacidade da informação nas redes faz com que o tempo para apuração e reflexão das informações seja reduzido e, conseqüentemente, faz com que o trabalho do jornalista seja extremamente precarizado. No Rio de Janeiro, acompanhamos o fim do Jornal do Brasil impresso, em 2010; o aumento de demissões em redações e, recentemente, a escalada de violência a jornalistas em manifestações.

Na contramão da maioria dos estados brasileiros, o Rio de Janeiro é um dos poucos locais onde não há piso salarial. Hoje, há uma referência salarial de R\$ 5.231,00 para jornada de cinco horas e R\$ 8.370,00 para jornada de sete horas. A referência salarial não tem qualquer validade legal de cobrança ou fiscalização, pois não configura piso salarial e não está previsto em Convenção Coletiva de Trabalho. A falta de piso faz com que os patrões paguem salários irrisórios. Há empresas que pagam menos de R\$1.000 aos profissionais, sem contar outras formas de precarização como a pejetização e terceirização. O projeto de lei nº2960/11 propõe a fixação do valor de R\$ 3.270 para o piso salarial nacional dos jornalistas.

Fora a questão salarial, o jornalista ainda enfrenta a falta de cumprimento da jornada legal de cinco horas, prevista na CLT. Em vez de pagarem duas horas extras (5+2), os patrões as incorporam à jornada e não pagam como hora extra. Nas assessorias de imprensa, a situação ainda é pior, uma vez que os jornalistas cumprem carga horária de



oito horas. Já no poder público, o jornalista, além de cumprir a jornada ilegal de oito horas, é contratado como analista, técnico, tecnologista ou gestor de atividade jornalística. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro está encampando ampla campanha pelo cumprimento da jornada legal nas estatais e já denunciou a Eletrobras ao Ministério Público do Trabalho.

Outro ponto nevrálgico nas condições de trabalho dos jornalistas são o acúmulo e o desvio de funções. Muitos fotografam, escrevem e diagramam ao mesmo tempo, o que configura o acúmulo de função. Já o desvio de função é consolidado quando o trabalhador exerce funções fora de sua profissão, como os jornalistas que dirigem os veículos da empresa, por exemplo.

No que tange à qualidade de vida, saúde e segurança no trabalho dos jornalistas, a situação é estarrecedora. Acompanhamos casos de depressão, síndrome do pânico e outras doenças psicológicas. De acordo com estudo do doutor em psicologia, José Roberto Heloani, da Unicamp, há aumento dos casos de depressão, uso abusivo de drogas e álcool entre profissionais de jornalismo. Muitas destas doenças são causadas pela exploração do trabalho e, principalmente, pelos assédios moral e sexual e discriminação por gênero, raça e orientação sexual.

Em relação à segurança, o Rio de Janeiro vive um momento crítico. De acordo com relatório produzido pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro, de maio a outubro de 2013, foram 49 casos de agressões a jornalistas, ataques vindos tanto de agentes do Estado como de manifestantes. A morte do repórter cinematográfico da Rede Bandeirantes, Santiago Andrade, em fevereiro deste ano, causou comoção nacional. O Sindicato realizou audiência pública em novembro do ano passado com agentes da segurança pública, ONU, defensores de direitos humanos, OAB e ABI, entre outras organizações; e conseguiu uma audiência temática junto à OEA. Além disso, o Sindicato realizou plenárias com os trabalhadores e cobrou das empresas o fortalecimento das cláusulas de segurança nas Convenções Coletivas de Trabalho.



Como podemos ver são inúmeros os desafios em defesa do jornalista e somente com mobilização e unidade entre todos os trabalhadores e todas as trabalhadoras da comunicação poderemos mudar essa realidade. Somos jornalistas e merecemos respeito!

Propostas:

- Pressionar pela implementação de um pisos municipais para os jornalistas
- Apoiar campanha da PEC do Diploma
- Contra todo e qualquer tipo de acordo sobre extensão de jornada e divulgação de campanha pelo cumprimento da jornada legal
- Que o sindicato leve a cortes internacionais denúncias de agressões contra jornalistas
- Que a seleção de jornalistas que trabalham no setor público ocorra através de concurso público específico
- Pressionar pela implantação de um programa pró-equidade de gênero e raça nas empresas
- Fiscalizar as empresas pelo cumprimento da jornada legal dos jornalistas
- Que a Fenaj promova um mapeamento sobre as empresas que mais exploram os jornalistas e divulgue em campanha nacional
- Que a Fenaj articule com as centrais sindicais o cumprimento da resolução 158 da OIT, que proíbe demissão imotivada
- Que a Fenaj apoie ampla campanha pelo cumprimento da jornada legal nas estatais e demais órgãos públicos, considerando a resolução do Ministério do Planejamento, que reconhece e ratifica a jornada legal dos jornalistas
- Que a Fenaj encaminhe o protocolo nacional de segurança, já aprovado em congresso anterior
- Que a Fenaj crie um fórum entre os sindicatos para compartilhar informações do Observatório Nacional da Violência contra Jornalistas e outros Profissionais da Comunicação
- Que a Fenaj articule com as Centrais Sindicais uma resolução para que os sindicatos e entidades de classe cumpram a jornada legal dos jornalistas